

## **HANNAH ARENDT E O CONCEITO DE REVOLUÇÃO: variações de um conceito que está em constante devir**

Daniela Emilena Santiago Dias de OLIVEIRA<sup>1</sup>  
Luiz Cambraia Karat Gouvêa da SILVA<sup>2</sup>

**RESUMO:** Hannah Arendt, filósofa alemã, construiu um conceito particular e específico sobre o termo “Revolução”, indicando que na Idade Média essa palavra designava fenômenos astrológicos e somente a partir da Idade Moderna o termo Revolução passou a ser empregado de forma análoga às mudanças políticas. A autora realiza uma análise do desenvolvimento da conotação da palavra a partir da leitura de duas revoluções consideradas fundamentais sendo essas: A Revolução Francesa e a Revolução Americana e conclui que nenhuma delas foi plenamente pródiga ao passo de ser considerada uma Revolução no sentido empregado ao termo a partir da Modernidade. E nos aponta uma nova perspectiva sobre a Revolução ressaltando que para sua efetivação é basal o surgimento de uma nova organização política, que, rompa com todas as estruturas antigas e com posturas há muito consolidadas. Arendt nos lembra, nesse percurso pelo termo Revolução que a mesma não pode ser reduzida a reformas.

**Palavras-chave:** Hannah Arendt. Revolução.

### **1 INTRODUÇÃO**

O conceito de Revolução abordado por Hannah Arendt em seu livro *Da Revolução*, é um convite provocativo ao entendimento do desenvolvimento léxico do termo a partir da Antiguidade Grega. A autora nos indica o quão diferentes tem sido os sentidos atribuídos a palavra Revolução e pondera que tal termo só passou a ser usado com o sentido de mudança política a partir de meados do século XVII. Arendt indica como um fator preponderante a esse processo a visibilidade alcançada pela questão social que acabou por tornar-se o grande estimulador da Revolução Francesa.

Dada a atual conjuntura econômica e sobretudo política do Brasil, assim como pela ampliação das múltiplas formas de expressão da questão social,

---

<sup>1</sup> Daniela Emilena Santiago Dias de Oliveira é Assistente Social, Mestre em Psicologia pela Unesp, e, Mestrando em História pela Unesp, campus Assis-SP. E-mail: [santiago.dani@yahoo.com.br](mailto:santiago.dani@yahoo.com.br)

<sup>2</sup> Luiz Cambraia Karat Gouvêa da Silva é Historiador, Pedagogo, atualmente Mestrando em História pela Unesp, campus Assis, E-mail: [luiz.cambraia.silva@usp.br](mailto:luiz.cambraia.silva@usp.br)

consideramos que seja basal voltar a nosso olhar ao conceito de Revolução difundido por Arendt já que o mesmo evoca tanto a mudança política visando a instituição de espaços democráticos quando ressalta com veemência a importância da minimização das mazelas geradas pelo desenvolvimento capitalista. E mais, assevera que não há Revolução sem uma profunda e contundente mudança geral e estrutural do formato de organização política. Dessa forma, desarticula e desnuda o discurso pós-moderno, em voga no Brasil atualmente, da necessidade de “reforma política”.

Portanto, o objetivo do texto é realizar uma reflexão do conceito de Revolução abordado por Arendt, e, dessa maneira o referencial de embasamento do mesmo é a obra da autora. Metodologicamente, o texto foi construído visando apresentar ao leitor os pontos-chaves do pensamento de Arendt sobre o conceito de Revolução, mas, obviamente que pela natureza a que se destina, os conceitos serão tratados de forma bastante objetiva.

## **2 ARENDT E O CONCEITO DE REVOLUÇÃO**

Hannah Arendt foi uma importante filósofa de pensamento alemã que produziu uma série de obras que buscavam desnudar a realidade social instituída, com especial atenção para a organização política. A obra *Da Revolução* situa-se no universo bastante significativo dessa produção, e, apresenta as variações que foram empregadas ao termo durante os mais variados momentos, além de uma série de outros conceitos filosóficos afins.

### **2.1 Utilização do termo Revolução na Antiguidade e na Idade Média**

Na Antiguidade o termo Revolução fora usado pelos gregos buscando designar uma concepção de constante mudança. Aristóteles, por sua vez compreendida a Revolução como a possibilidade de substituição das formas de governo anteriores por novos formatos. Nesse contexto, entretanto o termo ainda

não possuía a conotação de mudança radical política como aquele experimentado a partir da Idade Moderna (ARENDR, 1988).

Já durante a Idade Média o termo “Revolução” foi usado como uma forma de designar fenômenos astrológicos. A trajetória cíclica dos astros, os movimentos dos corpos celestes eram descritos como Revolução. Esse deslocamento no espaço demarcava início e fim de determinados ciclos e influenciava sobremaneira a vida na terra, a vida dos homens. Os homens por sua vez não tinham a menor possibilidade de mudar a trajetória dos astros, e, portanto a Revolução aqui designava apenas algo que estava aquém do controle humano.

Assim, se, por um lado na Antiguidade a Revolução era entendida como a mudança política, mas nem sempre a mudança radical, na Idade Média o termo passa a relacionar-se apenas aos fenômenos naturais, os quais não sofriam pela intervenção das aspirações do desejo do homem. Arendt (1988) pontua que o conceito passa a ser associado a mudança política somente a partir de meados do século XVII, já na Idade Moderna, conforme detalharemos no tópico subsequente.

### **2.1.1 A Revolução e a mudança política: uma dádiva da Modernidade?**

Para Arendt (1988) a Revolução, como mudança política, surgiu inicialmente no século XVII, porém em um primeiro momento o termo designou a restauração, a reorganização de sistemas políticos instituídos e não apresentou ainda o sentido de superação de uma ordem política instituída. A Revolução busca a liberdade e a igualdade, e isso não é possível quando apenas é adotada uma reforma gerencial dos dispositivos de poder e controle que estão postos em uma determinada sociedade.

Na Modernidade vivenciamos o amplo desenvolvimento do sistema capitalista. O capitalismo traz em si o germe da desigualdade, da pobreza e da precarização da vida como um todo. Na Modernidade as expressões da desigualdade capitalista, nomeadas pela autora pelo termo “questão social” tornam-se visíveis, e, compreendidas pela população como comuns.

É somente quando temos a ampliação das expressões da questão social, na Idade Moderna, e sua percepção pelo todo como algo que não é natural

mas que provém da exploração de um segmento por outros é que temos então influenciadores para que aconteça a Revolução. Ou seja, as diferenças sociais sempre estiveram presentes desde que foi instituída a propriedade privada, porém, somente a partir do momento que a população espoliada, no caso a população operária se dá conta disso, numa espécie de catar-se coletiva é que temos o estímulo necessário e basal para que a Revolução ecloda.

A Revolução, em tese, deve provocar uma superação da ordem política vigente, e, dessa maneira, constituir uma nova forma de gestão da vida social. Assim, a Revolução pressupõe mudanças radicais na maneira em como o poder é exercido e como ele é partilhado entre os pares. Arendt (1988) entende assim que a Revolução só acontece de fato quando institui o novo. A reforma, por conseguinte, não pode ser dada como Revolução.

Outro ponto importante destacado pela autora, adotando como referência a análise da Revolução Francesa e da Revolução Americana, é que na Revolução está presente a violência. No entanto, a violência só tem “sentido” quando mostra-se capaz de promover a libertação da opressão e quando faz algo bom para grande parcela de uma população e não apenas para determinados segmentos ou classes sociais.

O contributo da Revolução Francesa, no entanto, é que foi a primeira vez que questões políticas foram abordadas pela massa. Nesse contexto, o principal motivador para a ocorrência da Revolução foi a questão social. A questão social que incorpora as mazelas mas que nesse caso também incorporou a insubordinação. Entretanto, se por meio da Revolução Francesa tivemos uma busca para minimizar a questão social, por outro, a Revolução não foi positiva porque não conseguiu garantir a liberdade. Assim, a momentânea libertação da pobreza não encontrou assento em outras práticas que garantissem a plena expansão do homem livre (ARENDRT, 1988).

Por outro lado, a Revolução Americana encampada por Thomas Jefferson partiu inicialmente da instituição de mecanismos que buscassem minimizar a questão social, antes do processo revolucionário em si. Depois disso, instituiu formas de participação da população sobretudo por meio das assembleias, mas, não conseguiu, depois de um tempo manter a minimização das mazelas sociais que afetam a população e também coibiu suas formas de participação.

Cabe destacar que a autora não entende que a questão social possa ser resolvida somente por meio do sistema político adotado em uma sociedade, uma vez que o que condiciona o surgimento e a ampliação desse fenômeno é o modo de produção capitalista. No entanto, não há como furta-se ao fato de que a questão social é também uma questão política. Por outro lado, o fim da questão social não significa a instituição de uma nova ordem política.

Dessa maneira, nenhuma das Revoluções analisadas por Arendt (1988) conseguiu, de fato, mostrar-se capaz de dar lugar ao novo. Novo que incorpora a mudança política mas que também relaciona-se a manutenção da liberdade dos homens. A Revolução só pode ser alcançada a medida que viabilizar um rompimento radical com antigas estruturas e instituir uma nova ordem social, um novo caminho, um novo começo para a sociedade.

### **3 CONCLUSÃO**

Pudemos observar que para Arendt o conceito de Revolução apresentou diversos significados nos mais variados contextos e momentos históricos. No entanto, somente a partir do momento que a Revolução foi motivada pela ampliação da questão da social é que o conceito se assemelhou mais ao que é idealizado como Revolução.

Observamos ainda que em tese para que a Revolução aconteça de fato é necessário, nos termos da autora, a superação das desigualdades sociais e também a manutenção da liberdade, algo que só é possível alcançar por meio de um governo democrático. A nosso ver, de acordo com Arendt as Revoluções modernas, incluindo a Revolução Francesa e a Revolução Americana não lograram êxito uma vez que ambas não conseguiram manter a liberdade, tampouco garantir a partilha do poder político e menos ainda sanar a questão social.

Assim, o diagnóstico de Arendt em relação a Revolução como possibilidade de mudança não se mostra positivo uma vez que as experiências mais célebres não conseguiram atender plenamente o que a autora compreende como Revolução.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ARENDT, Hannah. **Da Revolução**. Brasília: Editora Ática S. A. ; Editora Universidade de Brasília, 1988